



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: UM RECORTE DAS AÇÕES FORMATIVAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CAMPO GRANDE/MS.

Rodrigo Rocha da Silva ¹

Ana Paula Camilo Pereira ²

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo a formação continuada de professores de Geografia, tomando-se como lócus de pesquisa a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul – REE/MS. A pesquisa tem como objetivo compreender como tem ocorrido as formações continuadas que os professores de Geografia recebem, e como estas formações influenciam as práticas pedagógicas dos professores que atuam na REE/MS, especificamente nas escolas localizadas na capital do estado, Campo Grande. A pesquisa busca também, analisar as especificidades e dificuldades próprias do trabalho docente, visando compreender e em que medida as ações de formação continuada empreendidas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED, contribuem para auxiliar os professores a desenvolver ou mudar suas práticas pedagógicas, levando em consideração a pluralidade cultural encontrada no ambiente escolar. Como procedimentos metodológicos, em uma abordagem qualitativa, foi realizada primeiramente uma análise bibliográfica e documental, tendo como fontes pesquisas que tratam da temática da formação continuada, dados estatísticos oficiais, e programas e projetos voltados para a formação continuada da SED. O recorte temporal para o levantamento documental no portal da SED/MS foi de 2018-2020. A partir do levantamento realizado, foi possível identificar as fragilidades e falta de especificidades para as disciplinas como a de Geografia nas formações encontradas, bem como a não integração dos docentes no processo de formação continuada.

Palavras-Chaves: Formação continuada; Professores de Geografia; Práticas pedagógicas.

FORMATION CONTINUÉ DES PROFESSEURS DE GEOGRAPHIE: UNE APPROCHE DES ACTION DE FORMATION DANS LES ECOLES D'ETAT DE CAMPO GRANDE/MS

Résumé: Le présent travail a pour objet d'étude la formation continue des professeurs de géographie, étant le le lieu de recherche du réseau national d'éducation du Mato Grosso do Sul – REE/MS. La recherche vise à comprendre comment se déroule la formation continue que reçoivent les enseignants de géographie, et comment ces formations influencent les pratiques pédagogiques des enseignants qui travaillent dans le REE/MS, en particulier dans les écoles situées dans la capitale de l'État, Campo Grande. La recherche vise également à analyser les spécificités et les difficultés du travail d'enseignement, dans le but de comprendre et dans quelle mesure les actions de formation continue promues par le Secetaire d'État de l'Éducation du Mato Grosso do Sul – SED, contribuent à aider les professeurs à développer ou à changer leurs pratiques pédagogiques, compte tenu de la pluralité culturelle observée dans l'environnement scolaire. Comme démarches méthodologiques, dans une approche qualitative, une analyse bibliographique et documentaire a d'abord été réalisée, avec des sources de recherche qui traitent de la thématique de la formation continue, des données statistiques officielles, et des programmes et projets visant à la formation continue dans le SED. La période de temps pour l'enquête documentaire sur le portail SED/MS était 2018-2020. A partir des recherches menées, il

¹ Mestrando do Profeduc - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – MS, rodrigorsilva88@gmail.com.

² Professora Doutora - Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação e do Curso de Geografia Licenciatura e Bacharelado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – MS, apaulacape@uems.br.



a été possible d'identifier les faiblesses et le manque de spécificités pour des disciplines telles que la géographie dans les formations trouvées, ainsi que le manque d'intégration des professeurs dans le processus de formation continué.

Mots-clés: Formation continué; Professeurs de géographie; Pratiques pédagogiques.

Introdução

Atualmente a formação continuada de professores tem sido motivo de debate no Brasil, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento da educação básica. Esta é definida por Alvarado-Prada, et. al. (2010, p. 369) como:

[...] “processo de toda a vida; enquanto seres humanos, temos a possibilidade de aprender e, portanto, nos humanizamos permanentemente, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações. Deste modo, aprender é mais do que receber ou obter informações e conhecê-las ou compreendê-las é tornar o aprendizado parte do ser, implicando desenvolver-se com ele. Formar-se é um processo de aprendizagem que se realiza desenvolvendo-se individual e coletivamente dentro da cultura, incorporando-a, criando e recriando-a.

A formação continuada é garantida a todos os profissionais da educação pela Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que modificou o artigo 62-A da Lei nº 9.394/1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo que “Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, **no local de trabalho** ou em instituições de educação básica e superior [...]” (BRASIL, 2013, p. 2, grifo nosso).

Sendo assim, cabe a cada secretária de Educação seja ela municipal ou estadual garantir que seus professores recebam as devidas formações continuadas de acordo com o que está previsto na LDB, bem como nos planos estaduais e municipais de Educação. No entanto, quando analisado as ações de formação continuada, é possível observar que estas ainda ocorrem de forma hegemônica e esporádicas, não apresentando planejamento e continuidade nos modelos de formação.

Desta forma, levando em consideração as mudanças que ocorreram no campo educacional sobretudo com o início do século XXI, a educação deixa de ser pensada sobre a lógica da transmissão do conhecimento, mudando para uma educação transformadora que realmente forme um cidadão democrático, plural, participativo, que contribua para uma real transformação da nossa sociedade. Ao mesmo tempo a profissão docente passa a ser repensada e trabalhada com o objetivo de superar os desafios impostos a ela.



Diante disso Imbernón (2011, p. 7), pontua que as instituições educativas e os novos docentes devem:

[...] “educar realmente na vida e para a vida, para essa vida diferente, e para superar desigualdades sociais, a instituição educativa deve superar definitivamente os enfoques tecnológicos, funcionalistas e burocratizantes, aproximando-se, ao contrário, de seu caráter mais relacional, mais dialógico, mais cultural-contextual e comunitário, em cujo âmbito adquire importância a relação que se estabelece entre todas as pessoas que trabalham dentro e fora da instituição”.

O autor ainda pontua que a escola deve deixar de ser um ambiente em que o estudante vai aprender apenas o básico, mas deve ser um lugar que produz novos conhecimentos que auxilie o estudante a entender toda a complexidade das relações sociais.

Diante do exposto acima, fica evidente que as formações continuadas devem atuar de maneira a construir caminhos, que auxilie não somente os professores, mas também toda a comunidade escolar a entender o quão importante se faz a formação de um estudante reflexivo e consciente, que contribua para a transformação social.

Dessa forma, para Tardif (2002, p. 277-278), a escola se constituiu em “[...] um lugar original de formação e de produção de saberes, pois ela é portadora de condições e de condicionantes específicos que não se encontram noutra parte nem podem ser reproduzidos artificialmente”. Para tanto a escola deve ser um espaço natural e propício para que ocorra a formação não só dos professores, mas de toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, Imbernón (2009), procurando analisar o porquê de apesar de haver oferta constante de ações de formação continuada, não se verifica uma modificação significativa nas práticas empreendidas nas escolas, argumentando que:

Talvez seja porque ainda predominem políticas e formadores que praticam com afínco e entusiasmo uma formação transmissora e uniforme, com um predomínio de uma teoria descontextualizada, válida para todos, estejam onde estiverem, distante dos problemas práticos reais, com base num professor médio que não existe. (IMBERNÓN, 2009, p. 34-35).

O autor entende, que a formação permanente precisa ser fundamentada em ações que favoreçam a prática pedagógica dos professores, e deem subsídios para agirem diante das intempéries da profissão, considerando o contexto social e histórico em que o professor está posto, respeitando assim a especificidade de cada localidade de ensino, haja vista que segundo ele, “O contexto condicionará as práticas formativas e sua repercussão no professorado e, é claro, a inovação e a mudança” (IMBERNÓN, 2009, p. 10).



Corroborando com Imbernón, Alvarado-Prada, et. al. (2010, p. 371), destaca que a formação continuada deve contribuir para “a manutenção, criação e alteração das relações estruturantes e estruturadoras do desenvolvimento profissional do coletivo docente na instituição escolar”. Diante disso, as formações continuadas devem permitir e subsidiar que o corpo docente provoque transformações sobre e nas relações sociais que ocorrem dentro da escola.

Mesmo com o avanço da formação continuada ainda é possível perceber que estas transformações estão ocorrendo lentamente, quando ocorrem. Nóvoa (2014), aponta como um dos motivos para esta lenta transformação, a falta de autonomia dos professores, uma vez que quanto mais os professores buscam esta autonomia, mais as suas ações são controladas, por instâncias diversas, levando a diminuição da liberdade e independência do professor.

Nóvoa diz ainda que:

Mas nada será conseguido se não se alterarem as condições existentes nas escolas e as políticas públicas em relação aos professores. É inútil apelar á reflexão se não houver uma organização das escolas que facilite. É inútil reivindicar uma formação mútua, inter-pares, colaborativa, se a definição das carreiras docentes não for coerente com este propósito. (NÓVOA, 2014, p. 24).

Com isto, percebe-se que as escolas e os sistemas educacionais que as regem, ainda estão longe de estar preparados para de fato ofertar formações capazes de auxiliar os professores em suas práticas docentes, sendo necessária ser repensada como são construídas estas formações e a forma que são aplicadas ao corpo docente das escolas.

Para que se obtenha resultados principalmente em provas de avaliação de aprendizagem como a Provinha Brasil, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os governos nas três esferas de poder, por meio das secretárias de educação e do MEC, tem cobrado e responsabilizado as escolas pelos índices alcançados. Porém não tem ocorrido os investimentos financeiros necessários para que a mesma possa corresponder a todas estas responsabilidades.

[...] “os discursos oficiais do Governo põem a educação em lugar de destaque como fonte “salvadora” das mazelas sociais, porém, quando são necessários “cortes de gastos”, a educação é sempre a primeira a sofrer as consequências. O mesmo acontece com a Formação de Professores, é comum achar que esta é a salvação dos problemas de ensino, entretanto, sua trajetória histórica tem mostrado mazelas ainda a serem superadas. Problemas que vão desde o âmbito dos cursos de formação até políticas educacionais, passando também pelo posicionamento da sociedade. (ALVARADO-PRADA, Et. Al. 2010, 371).



Diante disso, é possível observar que falta ao poder público investimento na formação continuada e cumprir o que é garantido na LDB. Esta falta de investimentos e até mesmo políticas públicas mais claras e objetivas, acaba dificultando as ações de formação continuada, sendo pouco aproveitada pelos docentes.

Outro fator que se deve discutir quando falamos de formação continuada se refere aos formadores. Em muitos casos os formadores não conhecem a realidade escolar, ou se encontra a muito tempo distante da sala de aula, e acaba por apenas replicar esta formação que vem pronta da secretária, não levando em consideração todo o contexto escolar.

Desta forma, Nóvoa (2012), destaca que estas formações devem ser pensadas pelos professores considerando as práticas e identidades. O autor pontua também ter a “necessidade de os professores terem um lugar predominante na formação dos seus colegas, isto é, a necessidade de a formação de professores partir de dentro da profissão”. (NÓVOA, 2012, p. 13).

Nóvoa (2012), diz ainda ser inútil escrever diversos textos falando sobre a formação continuada, ou de professores reflexivos, se de fato não houver uma participação maior dos professores na sua própria formação. Está participação dos professores na formação poderia permitir formações que trabalhem realmente os problemas enfrentados pelas escolas, levando em consideração as mais diversas pluralidades encontradas em cada comunidade escolar.

Diante da problemática apresentada, entendemos que para haver mudanças é preciso debater mais sobre qual a real função do professor no ato formativo. Para tanto, necessário é que superemos a ideia de que a profissão docente é uma tarefa fácil que está ao alcance de qualquer pessoa. É preciso valorizar o professor, reconhecer o seu valor para a formação dos estudantes, bem como consolidar a importância que se tem em formar um bom professor.

Formação continuada de professores de Geografia

A problemática apresentada acima atinge todos os níveis educacionais, não sendo diferente com os professores da disciplina de Geografia. Carlos e Dias (2012, p. 216), destacam que “uma questão que permeia o ensino de Geografia refere-se a sua função social, a possibilidade de o aluno perceber-se como parte de uma comunidade”. O envolvimento que a Geografia oferece para o ensino aprendizagem é relevante, principalmente o tratamento didático-pedagógico, no entanto, os tensionamentos presentes ainda se aproximam do formato tradicional.

Filizola e Kozel destacam que a atuação do profissional docente de Geografia:



[...] “não se restringem a uma mera reprodução de saberes devidamente estruturados e sistematizados. Ao contrário, demandam um compromisso que vai muito além, pois envolve a construção da cidadania, a formação de pessoas voltadas para uma existência mais humana e solidária num mundo que é marcadamente complexo, instável e imprevisível”. (FILIZOLA e KOZEL, 2009, p. 7).

Ainda de acordo com os autores, partindo do pressuposto que a Geografia estuda a sociedade a partir das questões espaciais, os docentes de Geografia devem pensar práticas pedagógicas que auxiliem os estudantes a desenvolverem um raciocínio geográfico, a fim de contribuir para que os mesmos sejam capazes de realizar uma “leitura geográfica da realidade, de modo que os leve a pensar o espaço”. (FILIZOLA e KOZEL, 2009, p. 23).

Diante disso, a formação continuada do profissional que atua como professor de Geografia, deve conduzir este docente a uma reflexão sobre como tem sido suas práticas pedagógicas, bem como auxiliar o mesmo na superação de dificuldades impostas à prática do ensino de Geografia, sobretudo com o avanço do Meio Técnico-Científico-Informacional.

Com o avanço da informação, e o acesso que os estudantes têm, ou deveriam ter a essas informações, faz-se necessário que seja trabalhado com os professores nos processos formativos a importância deste docente também ser um pesquisador. Para Souza, et. al. (2017, p. 218), faz-se necessário desenvolver com o professor a importância de este ser um pesquisador;

[...] “pois valoriza a profissão estimulando a formação continuada, visto que é cada vez mais necessário que os professores aprendam a usar as inovações tecnológicas, pois a sociedade se transforma constantemente, então a educação deve acompanhar essa dinâmica.

Contudo, os autores pontuam ainda, que o processo formativo do professor deve levar em consideração e “promover a prática reflexiva na qual a teoria e prática é articulada para promover aulas mais interessantes para os alunos, pois a modernidade está posta e tanto escola quanto professor devem mudar”. (Souza, et. al. 2017, p. 218).

Com isso, é possível observar que a teoria e a prática são de suma importância para o professor, pois elas propiciam ao docente analisar as dificuldades encontradas na prática docente de várias formas, permitindo que o professor realize uma análise a partir do contexto histórico, cultural, social e econômico.

Para tanto, é primordial que as formações continuadas sejam pensadas em contexto local, e não de forma homogênea para todas as escolas, pois as escolas não são iguais contendo cada uma delas suas especificidades impostas por cada localidade. Não podemos ofertar a mesma formação continuada para um professor da região central de uma cidade e um professor



da periferia, sem levar em conta as condições materiais diferentes que os mesmos estão inseridos.

Assim, diante destas especificidades e constantes mudanças na educação básica, devemos levar em consideração o que Ramos Alberto e Silva (2014), pontuam. Os autores chamam a atenção para a rapidez que estas mudanças ocorrem, aceleradas cada vez mais pelas invenções e inovações tecnológicas. Os autores destacam ainda:

Na educação básica, muitas vezes, o professor, e neste caso, de Geografia, não acompanha este ritmo de mudanças. Uma escola ocupa demasiadamente a vida deste profissional não lhe restando muito tempo para refletir sua prática, o que pode complicar quando se alia a desvalorização profissional da categoria. O docente se vê acuado perante as situações e acaba não enxergando oportunidades para o seu enriquecimento, tanto na teoria quanto na prática. (RAMOS ALBERTO E SILVA, 2014, p. 2).

Portanto, os professores devem buscar nas formações continuadas ofertadas a ele pelas secretárias de educação, subsídios para que eles possam estar sempre participando das transformações que a educação, e sobretudo o ensino de Geografia passam. Diante disso, os formadores também devem buscar ofertar formações que levem em consideração estas transformações, propiciando momentos de reflexão a realidade espacial de cada escola ao qual os professores estão inseridos.

As formações continuadas devem permitir ao professor de Geografia aprimorar suas práticas pedagógicas, para assim permitir ao estudante alcançar uma aprendizagem eficaz. Para que isso ocorra o estudante necessita fazer parte do processo de aprendizagem. Desta forma Callai (2003), diz que:

A Geografia que o aluno estuda deve permitir que ele se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorreram são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento. [...] O aluno deve estar dentro daquilo que está estudando e não fora, deslocado e ausente daquele espaço, como é a Geografia que ainda é muito ensinada na escola: uma Geografia que trata o homem como um fato a mais na paisagem, e não como um ser social e histórico. (CALLAI, 2003, p. 58).

Partindo deste pressuposto, as aulas tendem a envolver o aluno no processo de ensino aprendizagem, levando em consideração os conhecimentos prévios do mesmo e lugar que ocupa no espaço social, tornando assim as aulas mais proveitosas, pois quando o estudante é trazido para sua realidade, suas experiências, a participação e interação ganha significado, auxiliando na construção do saber tanto do professor como do estudante.



Sendo assim, a formação continuada do professor de Geografia se torna relevante, pois deve pautar a valorização profissional, bem como oportunizar a este docente caminhos que o leve a aprimorar sua prática. Esta formação deve ser contínua, ofertada pelas secretarias de educação levando em consideração o contexto cultural, social e econômico que a escola se encontra.

Formação continuada ofertada pela SED – Secretária Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Neste tópico, depois de contextualizar a formação continuada de forma geral, bem como a formação continuada dos professores de Geografia, analisaremos as formações continuadas ofertada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, denominada SED. Para tanto iremos analisar as formações ofertadas nos anos de 2018, 2019 e 2020, que foram divulgadas e noticiadas no portal de internet da SED, bem como o da Coordenadoria de Formação Continuada - CFOR. Para obtenção das informações acessamos os referidos portais, ao qual da publicidade as ações formativas.

As ações de formação continuada da referida secretária, estão previstas no Plano Estadual de Educação – PEE-MS, criado pela Lei Nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014. Nas suas metas o PEE-MS, prevê a formação continuada de professores, porém ele não é específico e claro como serão ofertadas estas formações, ou a cargo de quem será a realização destas ações de formação continuada, ficando evidenciado em todas as metas. Na Meta 1 – Educação Infantil – Estratégias o PEE/MS diz:

1.11 promover a formação inicial e continuada dos(as) professores(as) da educação infantil, garantindo o atendimento das crianças por docentes com formação superior;

1.12 prover de professores(as), progressivamente até 2018, as salas de educação infantil, com jornada de trabalho mínima de 4 (quatro) horas, para o turno parcial, e de 7 (sete) horas, para a jornada integral;

1.13 (VETADO);

1.14 promover, permanentemente, a formação continuada dos(as) demais profissionais da educação infantil;

1.15 promover, anualmente, a formação continuada dos(as) técnicos(as) de setores das secretarias municipais de educação responsáveis pela educação infantil; (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p. 19).

Na meta 2 que se refere ao Ensino Fundamental, o PEE-MS também prevê formação continuada. Pontuamos que o PEE-MS trata o Ensino Fundamental como uma única modalidade, não diferenciando como Ensino Fundamental I e II. Além disso, destaca que deve



haver formação para que os professores possam se utilizar das novas tecnologias para desenvolver suas aulas.

2.9 oferecer formação continuada em serviço e garantir condições técnicas e pedagógicas aos(as) profissionais do ensino fundamental para utilização das novas tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras, a partir da vigência do PEE-MS; (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p. 25).

A meta 3 trata-se do Ensino Médio, e o PEE-MS também garante a formação continuada dos professores, sinalizando que serão realizadas oficinas por área de conhecimento, com o intuito de “[...] garantir a formação continuada de professores(as) que atuam no ensino médio, inclusive por meio de realização de oficinas por áreas afins, a partir do primeiro ano de vigência do PEE-MS” (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p. 31).

A meta 4 refere-se a Educação Especial, e nela podemos observar que a SED por meio do PEE-MS, detalha um pouco melhor suas estratégias, e conseqüentemente como serão as ações de formação continuada, bem como parcerias para realização das mesmas.

4.4. assegurar a formação continuada de professores(as), por meio de projetos de extensão e de pós-graduação, do AEE e do ensino comum, e de funcionários(as) administrativos(as) e gestores(as), nas escolas urbanas, do campo, bilíngues, povos das águas, populações fronteiriças, comunidades indígenas e quilombolas, a partir da vigência deste PEE;

4.22. realizar, a partir do segundo ano de vigência deste PEE, parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada aos profissionais da educação e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados(as) na rede pública de ensino; (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p. 37).

Importante destacar que o PEE pontua a grande diversidade cultural existente em nosso estado, sobretudo levando em consideração as comunidades indígenas que aqui residem. Desta forma o PEE diz;

Essa diversidade requer a implantação de políticas públicas educacionais que absorvam as singularidades de cada grupo humano, em seus ciclos de vida, em cada contexto social, imprimindo grandes desafios ao cenário da educação escolar, como o de assegurar o acesso, a permanência com qualidade social e o êxito no processo de escolarização. O atendimento a essas singularidades perpassa a definição de estratégias que considerem a realidade socioeconômica e cultural de cada região e vislumbrem melhorias na qualidade da educação desenvolvida no estado, por meio da formação de



professores, da capacitação da gestão escolar e da melhoria das condições, físicas e pedagógicas, na estrutura das instituições educativas. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p. 9).

Diante do exposto acima, o PEE-MS sinaliza respeitar as singularidades e pluralidades existente em nosso território. Porém na prática quando analisamos as ações de formação continuada ofertada pela SED, no recorte temporal adotado para este trabalho, não é levado em consideração esta diversidade.

Quando buscamos por formação continuada no portal da SED e do CFOR, as informações apresentadas revelam que as formações continuadas ofertadas no ano de 2018, tiveram como público-alvo os professores da educação especial. No ano foram ofertadas seis ações de formação continuada, sendo que cinco tiveram temática voltada para a educação especial. Segundo a SED as formações tiveram como objetivo:

[...] “fortalecer a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas da Rede Estadual de Ensino por meio dos professores de Apoio Educacional Especializado e técnicos especialistas em educação especial do CEESPI”. (SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2018).

A outra ação de formação continuada teve como público-alvo os profissionais que atuam no âmbito das Coordenadorias Regionais de Educação, sobretudo os coordenadores pedagógicos e diretores escolares, tendo como tema a Implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de “sanar as dúvidas relacionadas ao documento, além de criar ações de implementação e construção do currículo de Mato Grosso do Sul”. (SED, 2018).

Posteriormente, a formação citada acima foi apresentada nas escolas por meio de seus gestores, que tiveram a responsabilidade de trabalhar e discutir o tema com a sua comunidade escolar.

Para o ano de 2019 o portal da SED publicou a cinco ações de formação continuada, com foco na Implementação do Currículo Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, bem como na reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. As formações foram divididas em quatro módulos presenciais, além de atividades que os professores tiveram que realizar a distância. O período que as formações ocorreram foram entre os meses de maio e novembro de 2019.

Ainda de acordo com a SED (2019):



O processo formativo de 2019 ocorre, a partir do ProBNCC, com a elaboração das formações pelos redatores-formadores e o desenvolvimento das formações perpassa por formadores regionais e formadores locais. “Os formadores locais são os coordenadores pedagógicos que realizam o processo formativo com os professores, a partir do que foi experienciado com os formadores regionais”.

A SED destaca ainda, que no ano de 2019 foi firmado parceria com o Instituto Ayrton Senna, para que fosse realizadas formações que trabalhasse as Competências Socioemocionais dos professores e estudantes. Ao final destas formações a SED em parceria com as redes municipais de educação promoveram o Seminário Internacional: Competências Socioemocionais e Educação Integral.

Diante das formações apresentadas no portal da secretária, podemos observar que a dinâmica de formação adotada tem buscado alcançar todas as escolas de forma homogênea, parte primeiro para um grupo chamado de formadores regionais e locais, que são compostos pelos coordenadores das escolas, e que posteriormente repassam a formação aos professores nas escolas.

Para o ano de 2020, com o advento da pandemia causado pela Covid-19³ as ações de formação continuada ofertada aos professores, foram todas de forma remota. Porém antes que as escolas fossem fechadas como medida de proteção e contenção a propagação da Covid-19, a SED ofertou duas formações presenciais, uma para gestores das escolas de tempo integral, e a outra para professores das escolas cívicos militares⁴.

Com as escolas fechadas e os professores em trabalho remoto as formações para os professores ficaram comprometidas. Ressaltamos que a SED deu continuidade a parceria com o Instituto Ayrton Senna, com o programa Diálogos Socioemocionais, voltado mais para auxiliar os professores na execução das Atividades Remotas Emergencial, adotada pela SED enquanto durar a pandemia.

Foi ofertado ainda formação continuada para os professores do AJA (Avanço do Jovem na Aprendizagem), que teve como tema Fundamentos e Princípios do Projeto AJA-MS. O objetivo desta formação foi “promover oportunidades para que os profissionais

³ De acordo com o Ministério da saúde, a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

⁴ Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no Estado está sendo desenvolvida em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS). De acordo com a SED é importante deixar claro que o Programa não visa a militarização dos estudantes. Não serão escolas militares. A atuação será em colaboração, nas áreas de gestão escolar e gestão educacional.



possam aperfeiçoar seus saberes e, diante do fato de muitas escolas possuírem equipes novas que estão atuando no projeto pela primeira vez”. (SED, 2020).

A outra formação ofertada foi para professores que atuam na EJA (Educação de Jovens e Adultos), com o objetivo de “proporcionar reflexões por meio de estudos voltados as questões socioambientais, a fim de dinamizar a prática docente cotidiana, assumindo princípios de uma educação ambiental crítica, complexa e dialógica”. (SED, 2020).

Diante das informações obtidas no portal da SED, podemos perceber que nos três anos analisados aqui, apenas a Educação Especial recebeu formação específica para a sua área de atuação. Todas as demais disciplinas, incluindo a Geografia não obtiveram formação continuada que abordasse especificamente sua área de conhecimento.

Desta forma, ressaltamos que a SED, em muitas das suas ações de formação continuada não tem garantido o que se encontra prevista tanto na LDB, bem como no se próprio Plano Estadual de Educação.

Destacamos também, que a alguns anos o sistema educacional brasileiro tem sofrido diversos ataques políticos, sobretudo a partir de 2017. Vários cortes de valores significativos no orçamento, bem como, projeto de leis que buscam minar a autonomia dos professores, tem atrapalhado a avanço da Educação no país.

Diante disso, as ações de formação continuada que são importantes no processo de ensino aprendizagem tem sido comprometidos, uma vez que percebemos cada vez mais formações ofertadas de forma homogênea a todas as escolas, desconsiderando as especificidades de cada localidade.

Considerações Finais.

Diante das informações apresentadas neste artigo, ressaltamos que a formação continuada é garantida por Lei tanto na LDB, quanto no PEE-MS, e essencial para auxiliar os professores na sua prática docente. Porém percebemos que as ações de formação continuada ainda tem sido falhas em propiciar este subsídio reflexivo e transformador das práticas dos professores, uma vez que em grande parte ela desconsidera a realidade social, econômica e cultural ao qual a comunidade escolar está inserida, sendo ofertada uniformemente para todas as escolas do Rede.

Esta formação continuada fragilizada que ainda está posta se deve a diversos fatores, porém um dos fatores aqui levantados se dá por conta da pouca integração dos professores neste processo. Portanto, é preciso que as agencias formadoras incluam os docentes, permitindo que



a formação possa ser pensada a partir do fazer docente, levando em consideração todas as dificuldades encontradas na atuação professoral.

Cabe também ao poder público garantir que as formações sejam de fato ofertada aos professores, e não somente prevista. Sendo assim, é preciso que as políticas públicas sejam aprimoradas a fim de garantir efetivamente a formação dos professores de forma satisfatória, e que estas contribuam para a transformação das práticas pedagógicas dos professores, e assim, refletir na qualidade do ensino formando estudantes com senso crítico e integrantes do processo de ensino aprendizagem.

Referencias:

ALVARADO-PRADA, Luís Eduardo; Freitas, Thaís Campos; Freitas, Cinara Aline: Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 abr. 2013. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12796&ano=2013&ato=69dMTQU50MVpWTb0b>. Acesso em 10 fev. 2021.

CALLAI, Helena Copetti. A Formação do profissional de geografia: o professor. Coleção: Ciências Sociais. Ijuí: Unijuí, 2013.

CARLOS, Ligia Cardoso; DIAS, Liz Cristiane. Cartografia, cinema, literatura e outras linguagens no ensino de geografia / Jussara Fraga Portugal, Vânia Alves Martins Chaigar. (Organizadoras) – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012. 272p.

FILIZOLA, Roberto; KOZEL, Salete. Teoria e prática do ensino de geografia: memórias da terra: volume único: livro do professor / Roberto Filizola, Salete Kozel. – 1. Ed. São Paulo: FTD, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **FORMAÇÃO DOCENTE E PROFISSIONAL**: formar-se para a mudança e a incerteza / Francisco Imbernón; [tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 14).

NÓVOA, António. Devolver a formação de professores aos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES**. Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 35, p. 11-22, jan./jun. 2012.

NÓVOA, António. O regresso dos professores / António Nóvoa. – Campo Grande: OMEP/BR/MS, 2014.



MATO GROSSO DO SUL. LEI Nº 4.621, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 26 dez. 2014. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/index/paginadocumento/41986/?pagina=6#>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Plano Estadual de Educação – PEE-MS. 2014-2024. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-MS.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Secretária Estadual de Educação. SED promove o 4º encontro de Formação Continuada para Professores de Apoio Educacional Especializado da REE. Campo Grande, MS. 2018. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/sed-promove-o-4o-encontro-de-formacao-continuada-para-professores-de-apoio-educacional-especializado-da-ree/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. Secretária Estadual de Educação. SED realiza formação sobre a BNCC nas Coordenadorias Regionais de Educação. Campo Grande, MS. 2018. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/nas-coordenadorias-regionais-de-educacao-sed-realiza-formacao-sobre-a-bncc/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

_____. Secretária Estadual de Educação. SED e UNDIME/MS iniciam Formação Continuada de Implementação do Currículo de Referência de MS. Campo Grande, MS. 2019. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/sed-e-undime-ms-iniciam-formacao-continuada-de-implementacao-do-curriculo-de-referencia-de-ms/>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

_____. Secretária Estadual de Educação. CFOR realiza formação continuada voltada ao AJA-MS, de 27 de julho a 30 de novembro. Campo Grande, MS. 2020. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/ccorf-realiza-formacao-continuada-voltada-ao-aja-ms-de-27-de-julho-a-30-de-novembro/>. Acesso em: 13 de mar. 2021.

_____. Secretária Estadual de Educação. Educação Ambiental Crítica é tema de formação continuada para professores da EJA. Campo Grande, MS. 2020. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/educacao-ambiental-critica-e-tema-de-formacao-continuada-para-professores-da-eja/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

RAMOS ALBERTO, Henrique Manoel; SILVA, Analice Teresinha Talgatti. FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORES DE GEOGRAFIA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL. VII congresso brasileiro de geógrafos. Vitória, ES. Ago. 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404076634_ARQUIVO_trabalho_completo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, Randolpho Natil de; Pinheiro, Ainglys Cândido; Mendes, Estevane de Paula Pontes. FORMAÇÃO CONTINUADA EM GEOGRAFIA: TEORIA E PRÁTICA. Formação de Professores e Ensino de Geografia: contextos e perspectivas. Goiânia, GO. 2018, p. 217-223. Disponível em: http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/ANAIS_NEPEG_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
ESPAÇO DIGITAL

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação profissional**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ:
Vozes, 2002.